



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa - ASSEL
Unidade de Economia e Finanças - UEF

L I D O
Em 08/05/18
Assessoria Legislativa

RQ 3521/2018

REQUERIMENTO Nº
(Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF)

Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 683/2015 e dos arts. 1º a 4º do Projeto de Lei nº 764/2015.

À Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 176, I e II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 683/2015, de autoria do Deputado Julio César, e dos arts. 1º a 4º do Projeto de Lei nº 764/2015, de autoria do Deputado Bispo Renato.

JUSTIFICAÇÃO

Os arts. 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei nº 764/2015 visam a modificar artigos da Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2008, da Lei nº 4.242, de 10 de novembro de 2008 e da Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011, para prorrogar benefícios tributários delas constantes.

Ocorre, no entanto, que as alterações em referência já foram incorporadas ao ordenamento jurídico do Distrito Federal com a edição da Lei nº 5.593, de 28 de dezembro de 2015, de iniciativa do Poder Executivo.

Já os objetivos do Projeto de Lei nº 683/2015 e do art. 4º do Projeto de Lei nº 764/2015, que propunham alteração do art. 7º da Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, também foram alcançados, nesse caso, com a edição da Lei nº 5.785, de 21 de dezembro de 2016, igualmente, de iniciativa do Poder Executivo.

Desse modo, solicita-se a aprovação do presente requerimento para que sejam declaradas a prejudicialidade dos referidos dispositivos.

Sala das Comissões,

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3521/2018
Folha Nº 01 B.1


Deputado AGACIEL MAIA
Presidente da CEOF

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 683/2015
Fls. 05 Rubrica


Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.521/18.

Autoria: Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

Ao SPL para indexações, em seguida a CEOF, para providências cabíveis:

- a) Juntada a proposição e devidas providências

Em 09/05/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3521 / 2018
Folha Nº 02 Be Te